

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados trocam incentivos fiscais de ICMS para empresas fugirem de tributação federal .....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida do setor público cai em relação ao PIB, mas alta no ano é de 4 pontos ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Anúncio de corte de gastos está à espera do Ministério da Defesa ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Escala 6x1 evita que pauta seja dominada pelos cortes - MARIA CRISTINA FERNANDES ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundo do Judiciário busca bater R\$ 6 bi até fim de 2025 ..... 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Estatais têm déficit primário de R\$ 7,4 bi no acumulado de 2024 ..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Redução da jornada e a demanda mais importante do século 21" ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

África do Sul promete seguir prioridades brasileiras no G20 ..... 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda vai discutir situação das pessoas com deficiência na Reforma Tributária ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida bruta tem primeiro alívio em mais de um ano ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País perde R\$ 1,4 bi por ano com lubrificante irregular ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercadante defende ajuste e diz que BNDES ajuda o fiscal ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Risco fiscal e eleição de Trump trazem pressão inflacionária - MERCADO S/A ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Poder demais, controle de menos (Editorial) ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

O impacto da eleição de Trump sobre o Brasil (Artigo) .....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pela sexta semana seguida, mercado vê inflação mais alta .....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Focus prevê PIB menor do que governo e BC .....	29
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Emendas são 16% das despesas livres do governo, mostra relatório .....	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Demora em pacote fiscal volta a pressionar dólar .....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Emendas impositivas podem crescer até 51% em dois anos .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Trump é derrota na luta contra a crise climática .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Gestores veem BC acelerar aperto para contornar fiscal .....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar e juros sobem com Trump no radar .....	40

# Estados trocam incentivos fiscais de ICMS para empresas fugirem de tributação federal

**Marcela Villar De São Paulo**

Os Estados iniciaram uma revisão da política de incentivos fiscais de ICMS após a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que distinguiu o crédito presumido dos outros tipos de benefícios fiscais, isentando-o de tributação. O caso mais recente é o do Espírito Santo, que mudou o incentivo "estorno de débito" na saída de mercadorias para crédito presumido, em favor das 1,5 mil atacadistas da região.

O governo capixaba, ao modificar o Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo (Com-pete-ES) pela Lei nº 207/2024, inclusive cita a jurisprudência do STJ como motivador. A carga tributária foi mantida em 1,1%.

O Distrito Federal também fez alteração no mesmo sentido, por meio da Portaria nº 369. Antes, concedia 80% de redução de base de cálculo de ICMS e, agora, concede crédito presumido às empresas. A medida beneficia especificamente concessionárias de transporte sobre operações com óleo diesel. O mapeamento foi feito pelos escritórios Machado Meyer e Severien Andrade Advogados (SAADV).

A mudança, segundo advogados, dá mais segurança jurídica e conforto aos contribuintes para se defenderem de uma eventual cobrança da União. Isso porque através da Lei nº 14.789/2023, conhecida como a Lei das Subvenções, o governo federal passou a tributar todos os benefícios fiscais de ICMS desde o início deste ano. Porém, por conta de precedentes no STJ, algumas empresas têm conseguido afastar o recolhimento do Imposto de Renda (IRPJ) e a CSLL sobre o crédito presumido.

Recentemente, a **Receita Federal** publicou um **comunicado** sobre a questão. Para o órgão, apenas uma parcela dos créditos presumidos de ICMS pode ser excluída da base de cálculo dos **tributos** federais, o que, para advogados, desrespeita a jurisprudência do STJ. O **comunicado** do órgão também entende que outros tipos de benefícios - como isenção, diferimento, e redução de base de cálculo - não são subvenções de investimento, mas devem ser tributadas.

A substituição feita pelo governo capixaba ocorreu no programa Compete-ES, criado em 2016 pela Lei nº

10.568. Ao promulgar a nova legislação, o governador, Renato Casagrande (PSB), disse que a medida evita "uma eventual fuga de investimentos" e mantém a confiança do setor atacadista no Estado.

Em nota, a Secretaria da Fazenda (Sefaz) do Espírito Santo diz que a mudança "não irá gerar impacto na arrecadação do Estado, pois altera apenas a sistemática de tributação do benefício do Compete Atacadista, mantendo a mesma carga tributária".

A alteração, para o órgão, melhora o ambiente de negócios e traz "segurança jurídica para os atacadistas, tendo em vista que a jurisprudência do STJ possibilita a exclusão da receita de benefício de crédito presumido da base de cálculo para fins de incidência de IR e CSLL".

A modificação, afirmam tributaristas, não gera efeitos contábeis tão díspares nem compromete o orçamento estadual. Contabilmente, o estorno de um débito e a cessão de um crédito trazem o mesmo efeito na cadeia produtiva, segundo André Menon, sócio do Machado Meyer. "Seja estorno de débito ou crédito presumido, a sistemática e a mecânica do benefício fariam com que houvesse a aplicação do Tema 1182 de que não deveria ser submetido à tributação de IRPJ e CSLL", afirma ele, citando o julgamento no STJ que ocorreu em abril de 2023 (REsp 19451 WeResp 1987158).

Mas alterar o nome do incentivo facilita a vida dos contribuintes quando se depararem com juízes que tenham uma interpretação mais literal do precedente da Corte. "Se o julgador não se debruça sobre o mecanismo e se tem uma interpretação literal, poderia sujeitar a tributação", completa Menon.

O advogado André Buttini de Moraes, sócio do ButtiniMoraes, diz que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no qual o Espírito Santo está abarcado, tinha decisões contra contribuintes, vedando a equiparação. "O tribunal entendeu que a decisão do STJ não entrou nessa questão de estorno de débito, ele reconheceu a não incidência de IRPJ e CSLL para crédito presumido e outorgado, que por mais que seja outra tipologia, o efeito contábil e fiscal é semelhante", diz.

Moraes critica essas decisões do TRF-2. "O que o STJ

disse foi que se o Estado dá um benefício para o contribuinte que reduz o montante a pagar na forma de crédito presumido, a União não pode tributar esse valor, pois estaria se aproveitando indevidamente de uma parte desse benefício", afirma. "A razão de decidir do estorno de débito seria igual." André Menon diz que os Estados estão permitidos tanto a postergar quanto alterar os benefícios fiscais - previsão que consta na Lei Complementar nº 160/2017 e no convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) nº 190/2017. No caso do Espírito Santo, havia a particularidade de a mudança ser mais fácil, por conta da semelhança na sistemática. Outros Estados devem observar o impacto que poderia gerar no caixa, considerando o crédito a ser gerado.

Para Buttini de Moraes, o Estado, em tese, não teria essa autonomia. "Um benefício novo teria que estar submetido à aprovação prévia do Confaz, exceto se for uma "cola" de algum benefício concedido por um Estado da mesma região", diz. No caso do Espírito Santo, não houve uma alteração econômica, mas jurídica. "Pode haver questionamento", afirma o advogado, acrescentando que não há precedentes para se tomar como parâmetro.

Os tributaristas também não veem que a alteração do governo capixaba possa atrair novas empresas para o Estado, mas manter as que já estão lá. Isso porque existem outras variáveis a serem consideradas numa eventual mudança de planta industrial ou sede da companhia, como custos logísticos e a própria **reforma tributária**, que extinguirá os benefícios fiscais de ICMS. "Não dá para cravar que a alteração por si só vai atrair investimento, mas que vai gerar juridicamente mais conforto, isso é fato", diz Fernando Andrade, sócio do Severien Andrade Advogados.

Procurado pelo Valor, o governo do DF não deu retorno até o fechamento da edição.

"Não dá para cravar que a alteração por si só vai atrair investimento" Fernando Andrade

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>

# Dívida do setor público cai em relação ao PIB, mas alta no ano é de 4 pontos

**CÍCERO COTRIM CÉLIA FROUFE BRASÍLIA / COLABOROU FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

A dívida do setor público como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu de 78,5% em agosto para 78,3% em setembro, informou ontem o Banco Central. Apesar da queda no mês, a chamada Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) acumula alta de 4 pontos percentuais desde dezembro de 2023, quando estava em 74,4% do **PIB**. Em reais, o endividamento saltou de R\$ 8,8 trilhões, em agosto, para R\$ 8,9 trilhões no mês passado. No fim de 2023, era de R\$ 8 trilhões.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) - que leva em conta as reservas internacionais do País - subiu de 62% do **PIB** em agosto para 62,4% em setembro. Em reais, atingiu R\$ 7,1 trilhões, o maior patamar em 22 anos. A dívida líquida é calculada subtraindo-se da dívida bruta os ativos do governo, como as reservas, por isso menor.

A DBGG - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para a avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de um país honrar seus compromissos.

Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

De acordo com dados do BC, o pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em razão das medidas adotadas no início da pandemia. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta recuou a 51,5% do **PIB**.

**DÉFICIT PRIMÁRIO.** Os dados sobre o endividamento do País foram divulgados com o resultado primário das contas públicas (antes do pagamento dos juros da dívida pública) em setembro - de déficit de R\$ 7,3 bilhões, abaixo dos R\$ 21,4 bilhões de agosto.

Para o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, a redução do déficit primário do governo central reflete um crescimento das receitas.

O BC estima que a arrecadação do governo cresceu cerca de 8%, em termos reais, entre setembro de 2023

e o mesmo mês deste ano. A despesa total teria aumentado cerca de 1,4% na mesma base.

"Tem um crescimento de receitas mais significativo do que das despesas, embora ambas tenham crescido em termos reais, possibilitando a redução do déficit", disse Rocha, ao comentar os dados fiscais.

De acordo com o BC, o resultado do setor público foi composto por um déficit primário de R\$ 3,9 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**); de R\$ 3,17 bilhões dos Estados e municípios; e do déficit de R\$ 192 milhões das estatais. Isoladamente, os Estados tiveram déficit de R\$ 597 milhões e os municípios, déficit de R\$ 2,57 bilhões.

**CORTE DE GASTOS.** Pedro Jobim, economista-chefe e sócio-fundador da gestora Legacy, afirmou que o crescimento da dívida pública brasileira tem se acelerado. Por isso, ele se diz cético com relação à capacidade do governo de reverter no curto prazo o pessimismo do mercado com a situação fiscal do País.

"Talvez o governo possa estancar um pouquinho ou desacelerar, (mas) me parece muito difícil", disse. "Teria de ter um movimento fiscal que está mais ou menos claro que eles não estão dispostos a fazer.

(Ou) Talvez só façam com condições de mercado muito mais adversas", afirmou.

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles disse que o governo contrata um problema ao adiar o anúncio do pacote de gastos. "Vai ser um problema complicado", disse Meirelles, em evento do UBS, referindo-se à escalada da relação dívida/**PIB**.

"Há crescimento de receitas mais significativo do que das despesas" Fernando Rocha Banco Central

"Talvez o governo possa estancar um pouquinho, mas me parece muito difícil" Pedro Jobim Gestora Legacy

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Anúncio de corte de gastos está à espera do Ministério da Defesa

*Andréa Jubé, Fernando Exman, Jéssica SanfAna, Fabio Murakawa e Renan Truffi De Brasília*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vão se reunir nesta terça-feira (12) à tarde para discutir a forma de encaminhamento ao Congresso Nacional das medidas de corte de gastos para dar sustentabilidade ao novo arcabouço fiscal, ao mesmo tempo em que esperam uma resposta do Ministério da Defesa sobre a inclusão da pasta no esforço de ajuste fiscal.

Haddad anunciou ontem (11) que o pacote está avançado, mas que o presidente Lula decidiu ouvir mais uma pasta antes de concluir as negociações. Ele não mencionou qual será o ministério ouvido, mas o Valor apurou, com fontes do governo, que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, foi chamado para uma reunião com a equipe econômica sobre o tema. A previsão é que a reunião aconteça na quarta (13).

Ainda em junho, a ministra do Planejamento e Orçamento, Si-mone Tebet, havia declarado que a revisão da previdência dos militares deveria integrar o pacote de corte de gastos.

Na visão de fontes militares, a iniciativa deve ter um impacto simbólico, mais para assegurar ao governo um discurso de que todas as áreas estariam contribuindo para o esforço de ajuste fiscal, do que de fato dimensão para fazer diferença no valor final do pacote. Elas argumentam que o sistema de proteção social das Forças Armadas não deveria ser visto como um regime previdenciário, uma vez que os integrantes da reserva podem ser convocados a qualquer momento e também contribuem para a pensão militar até a morte. Dessa forma, acrescentam, mudanças recentes nas regras já teriam colocado o sistema em direção ao equilíbrio no longo prazo.

A manifestação de Tebet, em junho, havia se baseado em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), enviado ao Congresso, demonstrando a dimensão do rombo orçamentário causado pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), pela previdência dos **servidores públicos** federais (RPPS) e pelo Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. A previdência dos militares foi alvo de uma reforma em 2019, que reestruturou a carreira, aumentou o tempo de serviço e a alíquota da contribuição.

Segundo Haddad, a pasta pendente deverá dar um retorno até quarta-feira (13) para saber se entrará ou não nas medidas de corte de gastos. Já a reunião com Lula anunciada para esta terça não estava prevista na agenda oficial até a conclusão desta edição.

Haddad afirmou que o debate como ministérios setoriais foi encerrado domingo, em reunião no Palácio do Alvorada. Quem representou a Fazenda na reunião, segundo apurou o Valor, foi o secretário-executivo, D rio Durigan.

"Dos ministérios que estavam na mesa durante semana passada toda, nós já concluímos os debates com eles e os atos já estão sendo feitos e encaminhados para a Casa Civil", contou o ministro da Fazenda ao deixar a sede da pasta. Entre os ministérios que já participaram das negociações, estão Saúde, Educação, Trabalho, Previdência e Desenvolvimento Social.

Questionado por jornalistas se alguma dessas pastas pediu mudanças que desidratassem o pacote de corte de gastos, Haddad negou. "Não. Tiveram ajustes e aperfeiçoamentos foram incorporados, mas eu não chamaria de desidratação, pelo contrário. Penso que tornam as medidas mais compreensíveis, mais palatáveis. Nós entendemos que o processo foi muito benéfico."

Alvo de ataque das centrais sindicais e do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), Haddad saiu em defesa das medidas que serão anunciadas, dizendo que elas não vão prejudicar os trabalhadores. "Nós estamos muito seguros de que o que estamos fazendo é para o bem dos trabalhadores. Controlar a **inflação** é parte do nosso trabalho. Manter a atividade econômica é parte do nosso trabalho. É um equilíbrio entre variáveis importantes para todos os brasileiros", comentou.

O Valor também apurou que o governo avalia abandonar a ideia de alterar a política de valorização do salário mínimo, um dos pontos que estavam sendo considerados pela equipe econômica até semana passada. O motivo é que, na visão de interlocutores do Palácio do Planalto, mexer nessa regra poderia representar um ônus político grande demais para a gestão petista. A ideia era limitar o reajuste do piso ao

teto do arcabouço (alta anual de até 2,5% real).

Segundo relatos ouvidos no Palácio do Planalto e na Esplanada, existe a percepção dentro do governo de que não existe medida que tenha um nível significativo de impacto nas contas públicas que não mexa no salário mínimo. Entretanto, mexer no piso é algo que incomoda muito Lula. Isso porque, na visão do presidente, a única política de distribuição de renda que existiu no Brasil nas últimas décadas foi reajustar o salário mínimo acima da **inflação**. Isso aumentou o poder de compra de pessoas de baixa renda, que são parte importante e fidelizada da base eleitoral de Lula e do PT.

José Múcio foi chamado para reunião com a equipe econômica sobre corte de gastos

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2)**

# Escala 6x1 evita que pauta seja dominada pelos cortes - MARIA CRISTINA FERNANDES

**MARIA CRISTINA FERNANDES**

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras

E-mail: [maria.cristina.fernandes@valor.com.br](mailto:maria.cristina.fernandes@valor.com.br)

Depois de perder a única prefeitura que comandava, Belém (PA), onde o prefeito e candidato à reeleição, Edmilson Rodrigues, não chegou a 10% dos votos, ver sua bancada de vereadores se reduzir para aquém de partidos como o PRTB, e registrar, em São Paulo, o mesmo percentual de votos a despeito de ter gasto 16 vezes mais, o Psol resolveu bombar a proposta que acaba com a semana de seis dias trabalhados por um de folga.

Para sair das cordas, funcionou. A proposta do Psol é a única do campo progressista a pautar o debate público. Enfrentou ainda o estigma de um partido dominado pela pauta identitária ao projetara deputada trans Erika Hilton (SP), líder do Psol, como autora da PEC. Apresentada em maio, a proposta é uma variação da pauta do movimento "Pela vida além do trabalho", ambos em torno da redução da jornada de trabalho de 44 horas, lançado na mesma época pelo ex-balconista Rick Azevedo, que acabaria se tornando não apenas o vereador mais votado do Psol como o dono de um mandato mais barato do país - R\$ 2 por voto (o de Guilherme Boulos custou R\$ 38).

A reciclagem do discurso do Psol com uma pauta da vida real, abraçada por um candidato a vereador desdenhado pelo partido, o coloca em linha com a discussão emanada das eleições municipais e da vitória de Donald Trump para o enfrentamento da extrema-direita. Parlamentares do PL, que costumam lacrar em cima das pautas identitárias do Psol, já se mostraram acuados pela PEC contra a semana de seis dias de trabalho.

O sucesso na velocidade com a qual a PEC ultrapassou as 100 assinaturas (são necessárias 171 para ser protocolada) e o abaixo-assinado chegou a 1,4 milhão de assinaturas não guarda relação com a perspectiva de aprovação da proposta, mas o Psol não parece estar preocupado com isso. No 1º avanço que

fez da disputa municipal, Boulos disse que para se aliar ao centro a esquerda não precisa abandonar suas próprias pautas. Argumentou que a extrema-direita construiu sua base e tornou-se incontornável defendendo seus próprios valores. Na lição de casa pós-eleição só faltou parabenizar Ricardo Nunes pela vitória.

É bem verdade que para um partido, como o PT, que está dentro do Palácio do Planalto, o descompromisso com a viabilidade das pautas não se aplica. Mas o partido não atentou para a capacidade de a pauta conter a repercussão negativa dos cortes. Ao verbalizar sua oposição à PEC e remeter a redução de jornada para as convenções coletivas, porém, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, mostrou que a resistência ao corte de rubricas de sua pasta lhe minou o prumo. Além de ser incapaz de endereçar propostas aos trabalhadores de aplicativos, também não consegue formatar alternativas para quem está na formalidade mas acumula insatisfações com suas condições de trabalho.

É no descompasso que também se move a guerra interna - e com o governo - que está em curso no PT. É compreensível que o partido se rebele contra cortes no seguro-desemprego ou mesmo contra a desvinculação de benefícios sociais do salário mínimo, como o fez no manifesto desta segunda-feira que abespinhou o governo. Não parece razoável, porém, que o PT se cale ante rubricas que escoam a receita nacional. Não foram citadas no documento assinado pelo partido, mas brotam às pencas.

O PT foi protagonista do texto que saiu da Câmara dos Deputados preservando, em grande parte, o gigante e obscuro quinhão das emendas. É razoável que o partido resista a apoiar uma nova reforma do Regime Geral da **Previdência Social**, que abrange a massa de trabalhadores da iniciativa privada, cujo salário médio é de R\$ 1,8 mil. O mesmo não se aplica à Previdência do setor público-civil e militar - cujo déficit é proporcionalmente superior àquele do **INSS**. O partido também terá dificuldade em reencontrar o eco das ruas sem enfrentar o corporativismo de carreiras públicas. O humor antissistema que brota das urnas também é derivado de privilégios que resistem a uma

reforma administrativa real e encontram refúgio no Congresso. O PT não é o único partido a lhes dar abrigo, mas é aquele cujo futuro mais pode vir a ser comprometido com a resistência a cortar na carne.

A vitória de Donald Trump parece ter tornado mais improvável a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vir a abrir mão de disputar a reeleição. Esta perspectiva tinha tudo para apaziguaras disputas internas, especialmente os torpedos dirigidos contra o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Só que não. O partido foi derrotado nas urnas de outubro não apenas pelas máquinas dos prefeitos. Foi derrotado pelas suas próprias máquinas - municipal e partidária, vide disputas no Estado de São Paulo como as de Araraquara e Osasco. A partir de agora, e por todo o segundo biênio, é isso que se impõe ao PT: evitar que Lula seja derrotado por seu próprio governo como o foi Jair Bolsonaro.

Culpar a imprensa e o mercado pela cobrança redobrada por ajuste fiscal é dar as costas às pressões exercidas pela eleição de Trump sobre a política monetária dos países emergentes. Não basta reciclar o discurso como fez o Psol com a proposta de acabar com a semana de seis dias de trabalho, é preciso manter as rédeas da economia. A derrota do bom governo de Joe Biden pode ter muitas explicações, mas nenhuma delas pode contornar o preço cobrado pela inflação.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2)**

# Fundo do Judiciário busca bater R\$ 6 bi até fim de 2025

**Edna Simão De Brasília**

O fundo de **previdência complementar** dos **servidores públicos** do Judiciário, conhecido como Funpresp-Jud, trabalha para fechar o ano com um patrimônio de até R\$ 4,45 bilhões e alcançar a marca de R\$ 6 bilhões no fim de 2025. Atualmente, o fundo detém 34,5 mil participantes inscritos. A ideia é elevar o número para 35 mil em dezembro e para 38 mil no encerramento do ano que vem.

Em entrevista ao Valor, o diretor-presidente do Funpresp-Jud, Amarildo Vieira de Oliveira, disse que o desempenho deve ser puxado pela expectativa de aumento de participantes com a realização de concursos, oferta de novos produtos para os participantes, como crédito consignado, e manutenção, no curto prazo, das aplicações em títulos públicos do governo. "Demoramos dez anos para chegar a R\$ 3 bilhões [em patrimônio]", disse.

Diante do fato que sempre há dúvidas sobre a autonomia dos fundos de empresas públicas, Oliveira explicou que a governança do Funpresp-Jud é blindada de ingerências políticas. O executivo destacou que apenas participantes podem integrar os conselhos deliberativos e fiscal, e a escolha dos membros da diretoria executiva é realizada por meio de processo seletivo nacional conduzido pelo conselho deliberativo.

Além disso, a equipe da Funpresp-Jud é selecionada por meio de concurso público, para os empregos técnicos e administrativos, e por processo seletivo nacional para cargos de gerentes, supervisores e assessores.

O diretor-presidente disse ainda que, com o atual patamar da taxa Selic, que na última quarta-feira subiu para 11,25% ao ano, será mantida a estratégia de concentrar investimentos em título público. Na avaliação dele, essa seria uma forma de se proteger de volatilidade, que pode impactar em redução de ganhos, que costuma acontecer em anos de corrida eleitoral. "Ano de eleição sempre é mais volátil e rentabilidade sempre menor", explicou.

Oliveira ressalta, no entanto, que é preciso alguma diversificação para maximização de resultado. Por isso, no radar para o ano que vem está a oferta de

crédito consignado para os participantes.

Para o executivo, não haverá dificuldade para atingir a marca de 38 mil participantes inscritos no fim de 2025 porque o governo do presidente Lula tem retomado os concursos públicos para repor, mesmo que parcialmente, os aposentados. Além disso, a adesão automática de quem entra no serviço público contribuiu para a retenção de participantes. Como os salários pagos no Judiciário e no Ministério Público superam o teto do **INSS**, "todo mundo é público-alvo".

Dos cerca de 34,5 mil participantes hoje, 51% são técnicos, 38,2% analistas e 10,8% membros (inclui ministros dos tribunais superiores, desembargadores, juizes, procuradores da República, subprocuradores e promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Quase 90% desses participantes têm menos de 50 anos de idade. Como o fundo ainda é jovem, o gasto com pagamento de benefícios é de R\$ 79,5 mil. A arrecadação mensal de contribuições é de cerca de R\$ 68 milhões.

O Funpresp-Jud começou a funcionar em outubro de 2013, alguns meses depois da criação do fundo de previdência que agrega os **servidores públicos** do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Esses fundos são resultado da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei n- 12.618 de 2012, que instituiu o regime de **previdência complementar** para os **servidores públicos** e fixou o limite máximo do **INSS**, atualmente de R\$ 7.786,02, para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência.

Com a medida, o governo queria atenuar a trajetória de alta dos gastos com o regime de previdência dos **servidores públicos**, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo. Inicialmente, a ideia era que existisse apenas um fundo para tratar de todos os **servidores públicos**, porém, no decorrer das discussões, os trabalhadores do Judiciário optaram por ter algo separado.

O Funpresp-Jud, vinculado ao Supremo Tribunal Federal (STF), atende os **servidores públicos** titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Já o Funpresp-Exe é voltado para os trabalhadores do Poder Executivo e Legislativo, de suas autarquias e

fundações.

"A governança do Funpresp-Jud está blindada de ingerências políticas" Amarildo de Oliveira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>

# Estatais têm déficit primário de R\$ 7,4 bi no acumulado de 2024

*(Nathalia Garcia/Folhapress)*

No acumulado do ano até setembro, as empresas estatais registraram um déficit primário de R\$ 7,4 bilhões, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem. Esse foi o pior resultado para o período desde o início da série histórica da autoridade monetária, em 2002.

O resultado considera as contas de estatais federais, estaduais e municipais, exceto dos grupos Petrobras e Eletrobras. Os bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, também não entram no cálculo.

No mesmo intervalo, as empresas controladas por estados tiveram um resultado deficitário de R\$ 3,26 bilhões, enquanto o déficit das estatais federais foi de R\$ 4,18 bilhões.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público disse em nota, no mês passado, que parte expressiva do déficit das estatais federais corresponde a investimentos.

A pasta destacou que o resultado primário leva em consideração apenas receita e despesa primária do mesmo ano corrente e não contabiliza os recursos em caixa das companhias, disponíveis de anos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos.

"O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem déficit primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios", afirmou.

A União controla diretamente 44 estatais federais e, de forma indireta, outras 79 empresas que são subsidiárias das empresas de controle direto.

Dívida bruta - O BC também mostrou que a dívida bruta do Brasil ficou em 78,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em setembro, redução de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior. Esse resultado interrompeu uma trajetória de alta iniciada em junho de 2023.

A dívida bruta, que compreende governo federal,

Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e governos estaduais e municipais, é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao **PIB** para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,4% do **PIB** em setembro (saldo de R\$ 7,1 trilhões), aumento de 0,4 ponto percentual em relação a agosto, segundo dados da autoridade monetária divulgados com atraso devido à mobilização dos servidores do Tesouro Nacional.

Ainda de acordo com o BC, o setor público consolidado do Brasil registrou um déficit primário de R\$ 7,3 bilhões em setembro. O desempenho é melhor do que o registrado no mesmo mês de 2023, quando houve déficit de R\$ 18,1 bilhões. O montante engloba os resultados de governo central - governo federal, BC, **INSS**, governos estaduais e municipais e empresas estatais.

O resultado de setembro refletiu o déficit de R\$ 4 bilhões do governo central, mesmo com a expansão das receitas federais. Já os governos regionais e as empresas estatais tiveram resultado deficitário de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 192 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano, de janeiro a setembro, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 93,6 bilhões, equivalente a 1,09% do **PIB**. No mesmo período de 2023, o resultado negativo tinha sido de R\$ 249,1 bilhões (2,29% do **PIB**).

Para 2024, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mira um déficit de R\$ 28,8 bilhões. Esse é o limite máximo permitido pela margem de tolerância da meta fiscal, cujo alvo central é zero.

"É comum empresas registrarem déficit primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão dos negócios"

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-12-11-2024/>

# "Redução da jornada e a demanda mais importante do século 21"

**BRUNO NOGUEIRA**

A redução da jornada de trabalho, encabeçada pelo movimento que pretende colocar fim na escala 6x1, na qual o descanso remunerado ocorre apenas uma vez na semana, ganhou força nos últimos dias e motiva a tramitação de propostas de emenda à Constituição (PEC) que possam regular o tema. Em entrevista ao Estado de Minas, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma das propostas que reduz a jornada para 36 horas semanais, classificou a pauta como a mais importante do século 21.

Atualmente, a Constituição determina a jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultando a compensação de horários à redução da carga horária, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, resultando em seis dias de trabalho. Segundo Lopes, são poucos setores que ainda funcionam de acordo com a escala estabelecida no fim do século passado, sendo limitado aos cargos de menor remuneração.

"A redução da jornada de trabalho é a demanda mais importante do século. Com os avanços tecnológicos resultando em ganho de produtividade, e a **reforma tributária**, a redução é mais um ganho. Ela compartilha os resultados com os trabalhadores. É muito importante para que eles possam cuidar das famílias, ter mais tempo para cuidar da saúde, lazer, cultura, educação. E ainda tem o potencial de aumentar a renda per capita", declarou Reginaldo Lopes.

De acordo com o deputado, reduzir o tempo gasto pelo trabalhador nas atividades profissionais pode ajudá-lo a se dedicar à qualificação, beneficiando a economia com a formação de mão de obra especializada e aumentando a renda das famílias. "Hoje a renda baixa é um desafio da nossa economia. A redução da jornada pode ajudar a formar mais trabalhadores qualificados e, por consequência, aumentar os salários", emendou.

A proposta do deputado petista, apresentada na PEC 221 de 2019, reduz a jornada para 36 horas semanais sem alterar os salários. O texto é praticamente idêntico a PEC apresentada pela deputada Erika Hilton (Psol-SP), que ganhou coro nas redes sociais com a pressão para que deputados assinem a proposta e ela

comece a tramitar na Câmara.

Para ser debatida, uma emenda à Constituição precisa de, no mínimo, 171 assinaturas dos 513 deputados. Até esta segunda-feira, a deputada afirmou que a proposta ultrapassou 100 assinaturas. Caso seja protocolado, o texto deve ser apensado à proposta do deputado mineiro, que voltou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Apesar da mobilização para criar a PEC oficialmente, até ela ser aprovada no Congresso Nacional pode demorar anos. Com o protocolo, o texto será analisado pela CCJ e por uma comissão especial de mérito, que tem um prazo de 40 sessões para votar. Depois, a PEC é analisada pelo plenário, sendo necessário três quintos da Casa (308 votos) para ser aprovada em dois turnos. O mesmo trâmite é repetido no Senado, e se não houver alterações o texto é promulgado automaticamente.

Questionado sobre a dificuldade de aprovar uma PEC após reunir todas as assinaturas, Reginaldo Lopes lembrou que seu texto foi criado em um cenário adverso do governo Jair Bolsonaro (PL), e defendeu que a mobilização seja ampliada para os sindicatos.

"Agora que estamos no governo Lula, tenho falado com as centrais sindicais que isso deve ser uma pauta de todas as negociações salariais. A lógica é traduzir essa mobilização em todos os acordos e reuniões. São os trabalhadores com menores remunerações que trabalham 44 horas. Se você comparar empresas com 36 horas semanais com as de 44 horas, algumas têm o mesmo nível de produtividade, ou até melhor", disse o deputado ao EM.

repercussão

O texto de Erika Hilton é formulado pelo movimento social Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador do Rio de Janeiro, Rick Azevedo (Psol). A mobilização da esquerda ainda enfrenta resistência na Câmara dos Deputados, principalmente pelos partidos de direita que manifestam pouco apoio.

O União Brasil, por exemplo, havia rendido apenas quatro assinaturas ao texto. O PSD teve duas. Republicanos, PSDB, Solidariedade, PP, PL e Avante

com uma cada. O PL do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o maior partido da Câmara com 99 deputados, se posicionou em bloco contra o fim da escala 6x1.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), disse que acompanha de perto o debate e que é um tema que exige o envolvimento de todos os setores em uma discussão aprofundada e detalhada, "considerando as necessidades específicas de cada área". Na contramão do que defende uma ala do PT, Marinho defendeu a redução para 40 horas semanais.

"O Ministério do Trabalho e Emprego entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho. A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40 horas semanais é plenamente possível e saudável, quando resulte de decisão coletiva", declarou o ministro.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# África do Sul promete seguir prioridades brasileiras no G20

*Camila Zarur e Paula Martini Do Rio*

Próximo país a ocupar a presidência do G20, a África do Sul quer continuar com a agenda colocada pelo Brasil para o grupo que reúne as maiores economias do mundo - que inclui 19 países e as uniões Européia e Africana. Ao Valor o embaixador Zane Dangor, sherpa que vai liderar as negociações do fórum no ano que vem, afirma que as prioridades da presidência sul-africana do G20 vão seguir "muito de perto" as propostas brasileiras.

Segundo o diplomata, os temas prioritários da presidência sul-africana serão a solidariedade global, o desenvolvimento sustentável e o combate à desigualdade. A inteligência artificial e a inovação para países em desenvolvimento também vão fazer parte dessa agenda.

"Precisamos deixar de lado uma abordagem focada apenas no crescimento econômico e lidar com a desigualdade e os problemas associados a ela", afirma Dangor, que também é diretor-geral do departamento de relações internacionais e cooperação da África do Sul.

O país assume oficialmente o comando do G20 em 1 de dezembro, mas haverá uma cerimônia de passagem de bastão ao fim da cúpula dos líderes do grupo, nos dias 18 e 19 deste mês. O diplomata diz que não haverá "grande ruptura entre o que o Brasil fez" e o que será feito pela África do Sul.

De acordo com Dangor, a reforma da governança global, uma das prioridades do Brasil no G20, também será discutida pela África do Sul no comando do fórum. O país africano deve focar as discussões no alívio da dívida externa de países em desenvolvimento. Para o sherpa sul-africano, é importante que essas nações "tenham uma voz mais forte nas políticas que moldam a economia global."

"Vamos garantir que transformemos as instituições de governança global. Nossa experiência

mostra que os governos nacionais são limitados em suas ações devido a uma arquitetura global que dificulta essas ações. Portanto, a ideia de transformar essa arquitetura é importante para nós."

Sobre os Estados Unidos, que assumem a presidência do G20 após a África do Sul, em 2027, Dangor disse que está em contato com o sherpa americano, Daleep Singh, e afirmou que há convergência dos EUA com as pautas prioritárias do grupo abordadas neste ano.

Porém, há um receio de que, com a eleição de Donald Trump à Casa Branca, os EUA voltem atrás dos compromissos firmados no G20. Dangor afirma que também será uma prioridade da África do Sul implementar os acordos feitos nos últimos anos para que "não haja grande ruptura".

"Começamos a ter discussões com o atual sherpa dos EUA e, com sorte, não haverá mudanças. Há uma grande sobreposição em questões que queremos abordar, sobretudo endividamento, **reforma tributária** e instituições de financiamento ao desenvolvimento. Há muitos temas em comum entre Brasil, África do Sul e EUA nesse sentido", afirma Dangor.

"É importante garantir que os acordos feitos nos últimos quatro anos sejam implementados e que não haja uma grande ruptura dessa trajetória", completa.

Assim como na presidência do Brasil no grupo, a África do Sul planeja fazer um G20 Social e uma reunião de chanceleres durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York. "É importante reforçar que o G20 é significativo para países como África do Sul e Brasil, mas não é a ONU. Ela continua sendo a instituição central de reunião do mundo. O G20 é um grupo de pressão que pode influenciá-la, mas não substituí-la", afirma.

Para o sherpa, as negociações progrediram bem antes da cúpula dos líderes. Ele ressaltou, porém, que os tópicos sobre mudanças climáticas e conflitos geopolíticos ainda precisam ser resolvidos. "É a única coisa que devemos observar", disse, destacando que houve ampla aceitação sobre a abordagem que o Brasil apresentou.

A África do Sul é um dos países mais críticos a Israel pela guerra em Gaza. O sherpa admitiu que o conflito "sempre será um assunto" para o país africano, mas afirmou que o tema não será tratado de forma a dividir o G20. "Garantiremos que seja parte integrante dos princípios gerais com os quais concordamos sobre o que é e o que não é aceitável em termos do uso da

força internacional", disse.

País deve focar as discussões no alívio da dívida externa de países em desenvolvimento

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2)**

# Fazenda vai discutir situação das pessoas com deficiência na Reforma Tributária

Ouçã esse episódio completo no Podcast

Uma equipe da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert) do Ministério da Fazenda vai receber a Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD) para discutir a situação da população com deficiência no Projeto de Lei Complementar nº 68/2024.

Segundo o presidente da ANAPcD, Abrão Dib, essa reunião é um resultado da participação da instituição, na semana passada, na audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) da Câmara dos Deputados.

Há duas datas possíveis para esse encontro da Sert com a ANAPcD, previamente reservadas, mas ainda não confirmadas.

Nesta terça-feira, 11, a partir das 10h, tem a audiência pública sobre a **Reforma Tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, também com participação da ANAPcD, que seria no último dia 5, mas havia sido adiada por causa dos eventos em Brasília relacionados ao G20 (grupo formado por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Africana e União Europeia).

Essa participação finaliza a nossa meta de levar a mensagem nas audiências públicas. Não temos mais o que buscar em relação à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e as audiências públicas. Agora, estaremos diretamente com quem organizou e produziu o texto da **Reforma Tributária**. Quem deve nos receber é o Julianô Moura (diretor de programa da Sert), que esteve na audiência na Câmara dos Deputados. Então, nosso objetivo agora é preparar todo o arcabouço que nós temos de informações para levar ao Ministério da Fazenda, para que eles entendam o que foi feito e para que eles possam, por exemplo, dar um ok para que a base do governo no Congresso Nacional acate as emendas que nós conseguimos apresentar e que, se aprovadas no texto, corrigem essa violência tributária, diz Abrão Dib.

A primeira meta que tínhamos já alcançamos com essa participação na audiência pública no Senado Federal. E a próxima meta é ir ao Ministério da Fazenda o mais rápido possível para convencê-los de

que o texto realmente precisa de ajuste, afirma o presidente da ANAPcD.

Cultura DEF - Está aberto até o dia 21 de dezembro o Mapeamento Acessa Mais, organizado pelo Ministério da Cultura (MinC) com a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A meta é conhecer artistas com deficiência de artes visuais, audiovisual, circo, cultura popular, dança, literatura, música, performance e teatro ou artesanato, agentes culturais com deficiência, pessoas que trabalham com produção, curadoria, gestão, iluminação, cenografia, trilha sonora, figurino, operação de som e luz, montagem cênica, montagem e edição audiovisual, editoração de livros, além de profissionais com e sem deficiência que trabalham com acessibilidade cultural, audiodescrição, tradução de Libras, legendagem e consultoria em acessibilidade.

O projeto está sob responsabilidade de Eduardo Oliveira, o Edu O. (artista, professor, ativista, pesquisador e doutor pela UFBA), com participação de pesquisadores com deficiência convidados: Amanda Lyra, Ananda Guimarães, Estela Lapponi, Fabio Passos, Natalia Rocha e Renata Rezende, além de 20 especialistas da área, com e sem deficiência. O grupo esclarece dúvidas pelo email [cadastroacessamais@gmail.com](mailto:cadastroacessamais@gmail.com).

**Site:** <https://www.terra.com.br/nos/fazenda-vai-discutir-situacao-das-pessoas-com-deficiencia-na-reforma-tributaria,ab5c6bcdd2d682512d7ecc4ff7b180efm856xrqv.html>

# Dívida bruta tem primeiro alívio em mais de um ano

**Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo**

Os resultados fiscais de setembro mostraram um déficit primário menor, em R\$ 7,3 bilhões contra R\$ 18,1 bilhões no mesmo mês de 2023, e uma queda de 78,5% para 78,3% da dívida bruta em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo dados publicados ontem pelo Banco Central (BC).

O déficit primário foi impactado, principalmente, pelo resultado do governo central (inclui governo federal, BC e Instituto Nacional do Seguro Social). Em setembro, o déficit foi de R\$ 4 bilhões impulsionado por um superávit de R\$ 22,5 bilhões do governo federal. Em setembro de 2023, o déficit do governo central foi de R\$ 16,5 bilhões e o superávit do governo federal foi bem menor, de R\$4,7 bilhões.

O chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, explicou que, devido ao movimento dos servidores do Tesouro Nacional, o BC ainda não tem os detalhes dos números das receitas e despesas do governo central. Rocha apontou, no entanto, que as estimativas do BC são de alta real da receita líquida em setembro de 8% em relação ao mesmo mês de 2023. Já a estimativa para as despesas totais é de crescimento de 1,4%.

Tiago Sbardelotto, economista da XP Macro, ressaltou em relatório que o déficit em setembro veio em linha com as expectativas. Segundo ele, a melhora no resultado do governo central foi devido "a um forte aumento na arrecadação de **impostos** que, por sua vez, está relacionado tanto às **medidas** de aumento de receita quanto ao cenário macroeconômico (maior atividade econômica e **inflação** e taxa de câmbio depreciada)".

Sbardelotto apontou também que o resultado dos Estados e municípios decepcionou. O déficit dos governos municipais foi de R\$ 12,8 bilhões no acumulado do ano ante R\$ 1,2 bilhão no mesmo período de 2023. "Ressaltamos que esse desequilíbrio é preocupante, uma vez que problemas com as finanças municipais têm forte apelo no Congresso e, muitas vezes, levam a ajudas financeiras da União de todos os tipos - algo que pode afetar as finanças públicas como um todo nos próximos anos", disse.

Já a queda na dívida bruta em relação ao **PIB**, de 78,5% em agosto para 78,3% em setembro, foi a primeira redução desde junho de 2023, quando passou de 72,2% para 71,14%. O principal fator para essa redução foi o aumento do **PIB**, que teve impacto de 0,5 p.p. Em adição, houve o resgate líquido da dívida (0,2 p.p.) e a valorização cambial (0,2 p.p.). Por outro lado, os juros nominais apropriados tiveram impacto de alta de 0,6 p.p.

Paloma Lopes, economista da Valor Investimentos, afirmou que para impacto na relação dívida/**PIB** é necessário um fluxo de despesa bem menor "e para isso precisa do corte de gastos". O governo passou a última semana debatendo internamente medidas fiscais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as reuniões sobre o tema com os ministérios setoriais já foram finalizadas.

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, manteve a expectativa de dívida bruta em 77,6% do **PIB** no fim de 2024, mas com viés altista "a depender do comportamento do câmbio nos próximos meses". Já a expectativa para o resultado primário é de déficit de R\$ 44,5 milhões.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2>

# País perde R\$ 1,4 bi por ano com lubrificante irregular

O Brasil perde R\$ 1,4 bilhão por ano com a venda de lubrificantes irregulares, segundo o Instituto Combustível Legal (ICL), entidade que representa distribuidoras de combustíveis e lubrificantes no combate às irregularidades. A soma inclui práticas de evasão fiscal e comercialização de produtos irregulares ou adulterados.

Do total, R\$ 1 bilhão corresponde a perdas tributárias e R\$ 400 milhões se referem a prejuízos operacionais causados às empresas legais com as vendas de produtos fora do padrão. Segundo o ICL, 10% do mercado nacional é composto por produtos fora de conformidade e adulterados, o que traz riscos para a concorrência legal e para os cofres públicos.

A entidade projeta que este ano serão apreendidos e retirados do mercado mais de 400 mil litros de lubrificantes fora dos padrões de conformidade. O tema vem à tona no momento em que a União discute medidas de combate ao crime organizado e busca alternativas para elevar a arrecadação de **impostos**. À preocupação do ICL com o mercado se soma o aumento das fraudes e manobras fiscais no setor de combustíveis, que tiram recursos dos governos, sustentam organizações criminosas e afetam o mercado formal. No caso dos lubrificantes, o ICL percebeu que as irregularidades cresceram e se espalharam por toda a cadeia nos últimos anos.

"Isso começou a tomar uma nova dinâmica há três, quatro anos, a ponto de algumas entidades criarem esses vetores de combate ao crime organizado. Temos hoje diversas ações que são orquestradas no âmbito do não recolhimento tributário, que é mais difícil de ser identificado", disse Cario Faccio, diretor do ICL.

A responsável por autorizar a venda de óleos lubrificantes e fiscalizar o mercado é a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que vem sofrendo com cortes sistemáticos de orçamento e perda gradativa de estrutura. Em nota, a ANP afirmou que atua para identificar e reprimir irregularidades em três campos de trabalho: arcabouço regulatório rigoroso para produção e registro, programa continuado de monitoramento do mercado e fiscalização a partir dos indícios de irregularidade apontada no planejamento do trabalho.

A principal causa das apreensões é a produção sem registro na ANP, normalmente por empresas não autorizadas, segundo a agência. Quanto à qualidade, os principais problemas estão relacionados à falta de aditivação e à viscosidade, disse a reguladora.

Segundo a agência, 83.451 litros de lubrificantes foram apreendidos em 2023 por estarem fora da conformidade. Em 2024, esse volume já chega a 151.543 litros. "Ainda que as restrições orçamentárias e de pessoal na agência impactem a condução das atividades regulatórias e administrativas atuais, as iniciativas em inteligência de dados e a cooperação com outros órgãos ajudam a mitigar os efeitos dos cortes orçamentários no trabalho de fiscalização do setor." Entre as principais irregularidades estão a venda sem emissão de nota fiscal, a criação de produtos fictícios, vendas interestaduais forjadas e a entrada no mercado de fabricantes sem autorização da ANP, além da falsificação e adulteração de produtos. Com mais de 10 mil produtos oficialmente registrados, a ANP utiliza ferramentas como o Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML), que coleta amostras no mercado para análise da qualidade e da adequação das informações dos produtos no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), em Brasília.

"A cada dez litros vendidos, um litro está com algum tipo de irregularidade. Aquele lubrificante não vai cumprir sua função e obviamente vai causar danos ao motor", disse Alexandre Bassaneze, presidente da Ironic, fabricante de óleos das marcas Ipiranga e Texaco. Segundo ele, 43% das irregularidades estão relacionadas a um lubrificante sem aditivação ou com adição insuficiente de aditivos. Outros problemas, que somam 30% das fraudes, relacionam-se com a viscosidade incorreta, afirmou Bassaneze.

O executivo lembrou que a ação de um lubrificante irregular não tem o mesmo comportamento de um combustível adulterado. Os intervalos entre as trocas de óleo são mais extensos, o que abre espaço para danos mais graves para motores, diferente do abastecimento com combustíveis adulterados. "Aquilo vai causar uma morte lenta [ao motor]", acrescentou Faccio.

A preocupação com o tema aumentou com a venda de lubrificantes piratas por "marketplaces" de comércio

eletrônico. Ao mesmo tempo em que as fraudes se alastraram por toda a cadeia, afirma Faccio, a ANP está limitada para controlar o mercado por causa das restrições que enfrenta.

Na visão do ICL, são necessárias medidas como a elaboração de uma legislação com punições mais rigorosas para devedores contumazes, aumento da fiscalização e suporte de inteligência para secretarias Estaduais de Fazenda, entre outras ações.

Além disso, o instituto aposta na conscientização dos consumidores, alertando para a compra de produtos por preços abaixo da média de mercado e em um canal de denúncias, para auxiliar as autoridades no combate às fraudes, salientou Cario Faccio.

10% do mercado é de óleos irregulares

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>

# Mercadante defende ajuste e diz que BNDES ajuda o fiscal

**Álvaro Campos De São Paulo**

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou que os movimentos sociais estão no seu papel ao criticar cortes de despesas pelo governo e que é bom ter um contraponto às pressões do mercado financeiro. Ainda assim, deixou claro que vai apoiar o ajuste fiscal que está sendo elaborado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet. O endosso dado pelo PT a um manifesto contrário ao corte de gastos dividiu o partido.

"Tenho total compromisso com o esforço do governo para o arcabouço fiscal. Ainda não está definido, mas na hora que sair o pacote de ajuste, vou defendê-lo", disse Mercadante ontem, durante coletiva sobre os resultados do banco no terceiro trimestre. "Confio que a equipe econômica, com o presidente Lula coordenando, vai ter uma decisão sábia", acrescentou.

Questionado sobre críticas do PT e de outros partidos de esquerda aos cortes de gastos, ele afirmou que "o partido do governo tem de sustentar o governo em qualquer cenário". Segundo ele, o PT é um partido muito diverso. "Às vezes o PT é um partido tão complexo que não precisa nem de oposição, ele cumpre todos papéis", afirmou.

Em diversos momentos, Mercadante afirmou que o BNDES está fazendo um esforço muito grande para ajudar no resultado fiscal. Ele lembrou que neste ano o banco vai pagar R\$ 25 bilhões em dividendos, o que equivale a quase 125% do lucro do ano passado. "Esse patamar de dividendos não é sustentável, estamos fazendo um esforço extraordinário este ano para ajudar o arcabouço fiscal." Mercadante reforçou que é preciso buscar uma trajetória sustentável para o crescimento das despesas obrigatórias, já que a expansão dessas linhas acaba comprimindo o espaço para investimentos. "É o investimento que está liderando o crescimento da economia, o desafio é sustentar isso", disse. "Se essas despesas comprimem o investimento, a economia não cresce. Se a economia não cresce, não gera emprego, salários, **impostos**. Aí não melhora a relação da dívida com o **PIB**, que é a grande preocupação do mercado financeiro."

Em meio à incerteza sobre o pacote fiscal que deve ser anunciado nesta semana, os ativos domésticos tiveram ontem mais uma sessão de perdas, com o dólar em alta e os juros futuros acima de 13% em boa parte dos vértices da curva.

O BNDES registrou lucro líquido de R\$ 19,0 bilhões nos nove primeiros meses de 2024, alta de 31,4% em relação a igual período do ano anterior. O lucro recorrente foi de R\$ 9,8 bilhões, com expansão de 48,5%. A carteira expandida cresceu 11,1%, a R\$ 550,3 bilhões, atingindo o maior nível desde 2017. A inadimplência, que estava em 0,07% em junho, recuou para 0,001%.

As consultas avançaram 30% e fecharam em R\$ 258,9 bilhões nos nove primeiros meses. As aprovações cresceram 39% e atingiram R\$ 137,4 bilhões. Os desembolsos aumentaram 15%, para R\$ 87,0 bilhões. "Nossa carteira é a maior desde 2017 e temos espaço no índice de Basileia para seguir crescendo", disse o diretor financeiro do BNDES, Alexandre Abreu. Segundo ele, o retorno (ROAE) de 18% do BNDES é o terceiro maior entre os grandes bancos brasileiros.

Mercadante afirmou que houve um atraso no plantio da nova safra agrícola este ano, em função de uma mudança na janela hidrológica. Esse foi um dos motivos que fizeram as aprovações de crédito para a indústria este ano superarem o agro no banco pela primeira vez. "Houve esse atraso e isso diminuiu a demanda de crédito para o agro, mas está voltando mais forte agora. Teve um fator sazonal", comentou Mercadante.

O diretor de planejamento e relações com investidores do BNDES, Nelson Barbosa, afirmou que rotineiramente surgem preocupações sobre o tamanho do banco e até potenciais impactos na política monetária decorrentes da sua atuação. Segundo ele, a instituições de fomento está voltando ao seu tamanho médio, "nem excessivo, nem pequeno".

"Qualquer comparação com o BNDES de 2009 a 2015 é infundada", disse Barbosa. Segundo ele, o objetivo é voltar para a média histórica de 2% do **PIB** em desembolsos, do nível atual de 1,1%. "Isso está sendo feito com transparência, responsabilidade e sustentabilidade. E depende da demanda e das fontes de financiamento do banco." A carteira de

participações societárias da instituição de fomento somava R\$ 81,7 bilhões ao fim do terceiro trimestre. De acordo com o BNDES, ela registra uma valorização de 30% desde o fim de 2022.

Mercadante disse ainda que o BNDES está estudando criar uma área para estudos sobre os impactos das mudanças climáticas. Segundo ele, o banco está contratando uma consultoria e analisando quais outras medidas serão necessárias. Ele lembrou que o Brasil tem um órgão de monitoramento e alertas de desastres naturais, mas não uma agência voltada para estudar as ações de reconstrução após desastres. "Precisamos ir além do emergencial e olhar o estrutural."

"Tenho total compromisso com o esforço do governo para o arcabouço fiscal" Aloizio Mercadante

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>

# Risco fiscal e eleição de Trump trazem pressão inflacionária - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

Ainda é exagero falar em descontrole - nem perto disso, registre-se -, mas fato é que a inflação começa a preocupar. Analistas consultados pelo Banco Central para a elaboração do novo Boletim Focus aumentaram pela sexta vez consecutiva a sua projeção para a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2024, que passou de 4,59% para 4,62%.

Além disso, os especialistas também subiram a estimativa de inflação para 2025 e 2026 e para a cotação do dólar. Tudo isso demonstra que o Comitê de Política Monetária acertou ao elevar a Selic, a taxa básica de juros da economia, em 0,5 ponto percentual em sua última reunião e indica que novas elevações serão necessárias já no próximo encontro do Copom, em dezembro. Há dois fatores principais que pressionam os preços no Brasil. No ambiente doméstico, o risco fiscal, exacerbado pela dificuldade do governo em cortar gastos, é um complicador. No externo, a vitória de Donald Trump, nas eleições dos Estados Unidos, deverá valorizar o dólar, o que traz repercussões para a inflação brasileira.

Bacio di Latte avança no Brasil e nos Estados Unidos A rede de sorvetes italianos Bacio di Latte passa por forte expansão. A empresa, fundada em São Paulo em 2011, encerrará 2024 com 35 unidades abertas - com isso, serão 200 estabelecimentos em operação no Brasil e nove nos Estados Unidos.

Para 2025, a meta é abrir até 40 lojas no mercado brasileiro. Além das lojas próprias, a empresa cresce graças aos negócios do varejo. São 8 mil pontos de venda espalhados por todas as regiões brasileiras, principalmente em supermercados.

Gastos com segurodesemprego disparam A economia brasileira é marcada por diversos desequilíbrios. Exemplo disso está no aumento expressivo dos gastos com o seguro-desemprego mesmo com o número recorde de pessoas contratadas. Segundo o Tesouro Nacional, o segurodesemprego consumiu R\$ 52 bilhões nos 12 meses encerrados em agosto, o que significou aumento de 11% versus igual período de 2023. Na mesma base comparativa, o desemprego caiu de 7,8% para 6,6%. Para especialistas, as regras do sistema precisam ser modernizadas.

CCR e Neoenergia assinam acordo para produção de energia eólica O Grupo CCR e a Neoenergia fecharam um acordo para a produção de energia eólica no Nordeste.

A parceria prevê o acesso, pela CCR, da energia produzida pelas usinas Oitis 2, Oitis 4 e Oitis 6, localizadas entre os estados do Piauí e Bahia. Com isso, 60% da demanda da companhia será suprida por essas unidades. A CCR quer ter 100% de seus ativos abastecidos por fontes renováveis até 2025. Segundo a empresa, o acordo elimina riscos relacionados à oscilação de preços no mercado livre de energia.

O Banco Central é um órgão de Estado, não de governo. Nesse sentido, ele deveria estar a uma certa distância do governo" Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central e presidente do Conselho de Administração da Jive Investimentos

3,4% é quanto o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescerá em 2024, segundo projeção feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)

## RAPIDINHAS

» A queda das vendas na China tem provocado estragos na indústria do luxo. Depois de Louis Vuitton e Hermès apresentarem resultados decepcionantes em seus balanços, agora foi a vez do Richemont, grupo suíço controlador da joalheria Cartier, exibir números alarmantes. No trimestre encerrado em setembro, os lucros do conglomerado caíram 12%.

» As emissões globais de títulos verdes, aqueles ligados a pautas sustentáveis e sociais, deverão movimentar US\$ 1 trilhão em 2024, conforme projeção realizada pela agência norte-americana S P Global Ratings.

Se for confirmado, o número representará um avanço modesto em relação aos US\$ 980 bilhões movimentados em 2023.

» Um dos desafios para o avanço do mercado de carros elétricos no Brasil diz respeito à infraestrutura de carregamento.

Atenta a esse gargalo, a Circuito, empresa que

desenvolve soluções na área de energia, vai investir R\$ 35 milhões na instalação de 100 carregadores rápidos em diversas cidades do país.

» A norte-americana Cargill, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, e a brasileira Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) uniram-se para calcular a emissão de carbono na pecuária de corte, atividade bastante poluente. Os testes serão feitos com câmaras respiratórias climatizadas no laboratório da Embrapa em Juiz de Fora (MG), e serão executados com o apoio da Cargill.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6629/12-11-2024.html?all=1>**

# Poder demais, controle de menos (Editorial)

É corrente em variados setores da sociedade a percepção de que o Congresso adquiriu um poder extraordinário sobre o Orçamento da União nos últimos anos - em grande medida, um poder autoconcedido. Desde 2015, quando foi promulgada a Emenda Constitucional 86, que tornou obrigatório o pagamento de uma parte das emendas individuais, o Congresso tem usado e abusado da criatividade para ampliar as vias de acesso aos recursos orçamentários, culminando em uma aberração antirrepublicana chamada "orçamento secreto", esquema revelado por este jornal em maio de 2021.

Por motivos que vão do apetite virtualmente insaciável dos parlamentares por recursos públicos à debilidade política de presidentes da República que não conseguiram - ou não quiseram - se impor à usurpação de suas prerrogativas de chefe de governo, é fato que deputados e senadores determinam onde e como são gastos bilhões de reais por meio da indicação de emendas parlamentares de todo tipo, não raro sem transparência e sem que a tanto poder corresponda a devida responsabilização.

Eis o retrato daquilo que por aqui se convencionou chamar de "parlamentarismo branco", "às avessas" ou coisa que o valha.

A percepção sobre esse avanço do Congresso sobre o Orçamento, evidentemente, não só tem os dois pés fincados na realidade, como ainda pode ser medida. Um estudo realizado pelos economistas Marcos Mendes, pesquisador do Insper, e Hélio Tollini, ex-secretário do Orçamento Federal, ao qual o Estadão teve acesso, revelou que o caso do Brasil não encontra paralelo em 11 países- membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne a maioria das nações mais ricas do mundo e que promove padrões internacionais de boa governança.

Para dar a dimensão de quão *sui generis* é a apropriação do Orçamento por deputados e senadores brasileiros, o percentual de recursos destinados às emendas no País é quase o triplo do resultado aferido por Mendes e Tollini ao analisar o caso da Alemanha, segunda colocada no ranking. Aqui, as emendas parlamentares representam 24% das despesas discricionárias do governo federal, enquanto na maior economia da Europa o total é de apenas 9%.

De acordo com o estudo, do início de 2021 até agora, os parlamentares dispuseram de nada menos que R\$

131,7 bilhões por meio de emendas, sejam as individuais, de relator - base da primeira versão do "orçamento secreto" -, de bancada ou de comissão. Esse valor é 87% maior do que o destinado por deputados e senadores para seus redutos eleitorais no quadriênio anterior (2017-2020). "A forma como o Legislativo brasileiro atua no processo orçamentário é inusitada e (...) muito superior ao observado nos demais países", sublinharam os autores do estudo.

"Não se justifica a expansão das emendas", prosseguem Mendes e Tollini, "sob o argumento de que "em todo mundo é assim". Ainda que pudessem ser escrutinadas com absoluta transparência, como determina a Constituição, e direcionadas, de fato, para o financiamento de políticas públicas capazes de mudar sensivelmente a realidade local dos municípios supostamente atendidos por seus autores, as emendas parlamentares, nessa proporção, já seriam uma excrescência pela evidente afronta ao princípio republicano da separação de Poderes. Tudo é ainda pior porque transparência não há, haja vista a faina do Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar moralizar essa orgia com recursos dos contribuintes há dois anos.

Com toda razão, muito tem sido cobrada do governo federal, inclusive por este jornal, a apresentação de um plano de corte de gastos digno do nome, vale dizer, robusto o bastante para reequilibrar as contas públicas, conter a **inflação** e favorecer a redução dos juros.

Mas é forçoso lembrar que o Orçamento público é da União - não é o orçamento do Executivo, do Legislativo nem do Judiciário. Todos os Poderes devem dar sua cota de contribuição à responsabilidade fiscal, da qual depende o bemestar de milhões de brasileiros. O Congresso, porém, finge que nada tem a ver com isso, alheio que está à realidade do País.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O impacto da eleição de Trump sobre o Brasil (Artigo)

**Rubens Barbosa**

Rubens Barbosa PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR, MEMBRO DA APL, FOI EMBAIXADOR EM WASHINGTON

A eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA terá não só profundas repercussões na política interna norte-americana, como também no cenário internacional, com forte impacto na geopolítica, na economia global e em alguns temas globais, como meio ambiente, mudança do clima, imigração, transição energética e avanço da direita.

Ajustes, acomodações e resistências acontecerão em função das mudanças prometidas, a partir de janeiro.

As políticas econômicas e comerciais do governo Trump, se cumpridas as promessas, em função de políticas expansionistas para criar empregos, medidas nacionalistas e protecionistas de política industrial, com o consequente reflexo na **inflação**, no déficit público e na taxa de juros do Federal Reserve (Fed), poderão impactar o comportamento do dólar, a **inflação** e a taxa de juros no Brasil.

As relações institucionais entre o Brasil e os EUA não deverão ser afetadas. Comércio, investimentos, tecnologia e outras áreas de cooperação continuarão a fluir normalmente, mas algumas promessas de campanha e declarações de Trump certamente devem estar causando preocupação ao atual governo: a questão da Venezuela, a proximidade com a China, a evolução do Brics, a busca de protagonismo global, a possibilidade de imposição de tarifas para a exportação de todos os países para os EUA, a agenda climática, a eventual deportação de brasileiros, as acusações de corrupção, as relações de Trump com o bolsonarismo e os problemas com Elon Musk, associados à retórica de restrições à liberdade de expressão nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

As ações globais para a preservação do meio ambiente, o combate à mudança de clima e a transição energética ficarão afetadas pela perda de prioridade no novo governo Trump, que prometeu ampliar a pesquisa e exploração de petróleo e gás no território americano e novamente abandonar o Acordo

de Paris, eliminando as metas de redução de emissões de gás carbono. A COP-30, no Brasil, será diretamente afetada e poderá ser esvaziada pela ausência do presidente dos EUA.

A escalada retórica de Trump, já presidente eleito, sobre a situação política interna na Venezuela é inquietante para a política externa brasileira.

Apesar de a América do Sul não ter prioridade na política externa dos EUA e a Venezuela não ter sido mencionada na campanha eleitoral, Trump disse, em entrevista no TikTok, que a Venezuela é um caos, que a população está sofrendo e que seu governo vai ter várias opções para responder a essa questão, inclusive a opção de uma intervenção militar. Certamente, terá apoio de outros países, como a Argentina, de Javier Milei, e resistências de potências extrarregionais que apoiam Caracas, como a Rússia e a China.

As relações com a China, a principal parceira comercial do Brasil, passarão por um momento muito delicado pela eventual reação dos EUA à aproximação brasileira com Pequim, pela dependência do mercado chinês.

As decisões sobre a política de Lula da Silva em relação ao Brics, na reunião no ano próximo no Brasil, podem representar o maior desafio da política externa do atual governo. A presença no Brasil dos novos membros, autoritários e ditaduras, e a questão do ingresso da Venezuela no grupo deverão gerar reação da oposição de direita brasileira, às vésperas do início da campanha eleitoral de 2026.

A decisão sobre o eventual ingresso do Brasil na Rota da Seda pode ter implicação no relacionamento com o governo Trump, visto que ainda com Joe Biden altas autoridades norteamericanas mandaram sinais claros sobre os riscos de uma eventual adesão do Brasil.

A promessa de deportar 10 milhões de imigrantes dificilmente será cumprida na totalidade, mas com certeza, em parte, será implementada. O maior contingente de brasileiros no exterior está nos EUA (1,9 milhão - 290 mil ilegais) e poderá ser afetado, o que gerará desconforto para o governo Lula.

O avanço da direita na região ganhará reforço e apoio

de Washington. Javier Milei e Nayib Bukele serão prestigiados e ganharão mais espaço na América Latina, esvaziando ainda mais a liderança regional do Brasil e a busca de influência global (guerras na Ucrânia e Gaza).

Até mesmo na política interna poderá haver ações contrárias ao atual governo. Eduardo Bolsonaro estava em Mar-a-Lago, comemorando a vitória republicana, e não será surpresa se vier a estimular provocações e mesmo restrições ao governo Lula no final de 2025. Sem falar num eventual apoio do governo Trump à retórica de perseguição política a Jair Bolsonaro e de julgamento em relação aos condenados pelos acontecimentos de 8 de janeiro em Brasília e à declaração de inelegibilidade do ex-presidente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os imprudentes pronunciamentos do presidente Lula manifestando sua preferência por Kamala Harris para "defender a democracia e evitar o nazismo e o fascismo com outra cara" e aconselhando Trump a "pensar como habitante do planeta Terra" não vão ajudar na relação entre os chefes de Estado dos dois países.

Em face de todos esses desafios de política externa, de acordo com o interesse nacional e refletindo a mudança do eixo da política comercial para a Ásia/China, torna-se urgente uma declaração do governo brasileiro, sem ideologia ou partidarismo, com o objetivo de reafirmar uma posição de independência em relação a países ou grupo de países.

Algumas promessas de campanha e declarações do presidente eleito certamente devem estar causando preocupação ao governo brasileiro

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pela sexta semana seguida, mercado vê inflação mais alta

**FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA**

Pela sexta semana seguida, os analistas do mercado financeiro elevaram as projeções para a **inflação** deste ano. De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, divulgado ontem, a previsão para o IPCA passou de 4,59% para 4,62%, mantendo-se acima do teto da meta de **inflação**, de 4,5%. Há um mês, a projeção era de 4,39%.

Se confirmada essa expectativa, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai terminar seu mandato à frente do órgão tendo de redigir a terceira carta aberta para explicar as razões do descumprimento da meta. No início de 2025, Campos Neto será substituído na presidência do BC pelo atual diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, indicado ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A mediana para a **inflação** de 2025 subiu de 4,03% para 4,10%, mais próxima do teto, de 4,5%, do que do centro da meta, de 3%. A partir do ano que vem, a meta será contínua, apurada com base no IPCA acumulado em 12 meses. Se ele ficar acima ou abaixo do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, o BC terá descumprido o alvo.

A mediana para a **inflação** de 2026 também voltou a se distanciar da meta, passando de 3,61% para 3,65%, na segunda semana consecutiva de elevação. Para 2027, permaneceu em 3,5%.

**JUROS.** A mediana do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2024 se manteve em 11,75% pela sexta semana consecutiva. Esse movimento consolida a avaliação do mercado de que o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentará os juros em 0,5 ponto percentual na última reunião do ano, no dia 11 de dezembro.

Na semana passada, o colegiado elevou a taxa básica de juros para 11,25%, uma alta de 0,5 ponto percentual.

As medianas para a Selic em prazos mais longos tiveram comportamento diverso, indicando que o BC terá um espaço limitado para cortar juros nos próximos anos, em meio à desancoragem das expectativas de **inflação**, atividade forte e disparada do dólar. A

mediana para 2025 se manteve em 11,5%. A estimativa intermediária para a Selic no fim de 2026 passou de 9,75% para 10%.

Em alta 4,39% era a estimativa de **inflação** do mercado há um mês

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Focus prevê PIB menor do que governo e BC

A mediana do relatório Focus, do Banco Central (BC), para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024 se manteve em 3,10%, ainda aquém das estimativas do Banco Central e do Ministério da Fazenda, de 3,20%. Considerando apenas as 111 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana passou de 3,10% para 3,12%.

A estimativa intermediária para 2025 passou para 1,94%, de 1,93% de um mês antes, apesar da expectativa de um ciclo maior de aumento de juros.

Considerando apenas as 107 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana passou de 1,97% para 1,95%.

Os economistas do mercado não alteraram as projeções de crescimento da economia em 2026 e 2027. Ambas permaneceram em 2,0%, como já estão há 66 e 68 semanas, respectivamente.

**DÓLAR.** Já para o dólar o relatório Focus previu cotação no fim de 2024 de R\$ 5,50 para R\$ 5,55. Um mês antes, era de R\$ 5,40. As estimativas para o fim de 2025 passaram de R\$ 5,43 para R\$ 5,48; para 2026 e para 2027, a moeda se manteve em R\$ 5,40.

No início deste mês, a moeda americana chegou a valer R\$ 5,8694, o segundo maior nível nominal da história, em meio ao mal-estar causado pelo anúncio da viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Europa, enquanto o governo não apresenta formalmente seu pacote de corte de gastos. Apesar de o ministro ter sinalizado que a proposta seria apresentada na última semana, nada ocorreu, o que retoma a pressão nesta semana.

A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Câmbio Boletim Focus vê dólar em R\$ 5,55 no final deste ano; há um mês, estimativa era de R\$ 5,40

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Emendas são 16% das despesas livres do governo, mostra relatório

**VICTORIA ABEL**

No momento em que o Congresso discute novas regras para emendas parlamentares, a Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) divulgou um levantamento que aponta o crescimento desses gastos no percentual total das despesas discricionárias, que não têm o pagamento obrigatório, como salários de servidores. Em 2020, o comprometimento era de 11,1% sobre o orçamento federal, passando para 16,8% em 2024. O estudo mostra que, até setembro de 2024, a despesa discricionária total chegou a R\$ 153 bilhões e um gasto com as emendas parlamentares de R\$ 45,7 bilhões.

-Isto reflete um duplo fenômeno na dinâmica recente do orçamento brasileiro: o fortalecimento do instrumento das emendas parlamentares na definição do perfil dos gastos públicos federais, e o paulatino e radical enrijecimento do orçamento público federal com o veloz crescimento das despesas obrigatórias (Previdência, salários, precatórios, benefícios sociais), estrangulando cada vez mais a capacidade de investimento governamental -avalia o diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana.

Amanhã, o plenário do Senado deve votar o projeto de lei que pretende atender à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) por mais transparência nas emendas. A expectativa é que o relator da proposta seja o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), que também havia apresentado uma proposta para detalhar a destinação das emendas parlamentares.

Em entrevista ao "Valor", o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), admitiu que deve haver mudanças no mérito da proposta, mas confirmou a necessidade de urgência ao projeto: - Há uma demanda por uma agilidade, por isso co-loquei na pauta, mas o mais importante é construirmos um bom texto, equilibrado. Vamos fazer todos o debate necessário para isso.

O estudo do IFI lembra que as emendas parlamentares surgiram na Constituição de 1988, mas se tornaram impositivas em 2014. O texto estipulava a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais na Lei Orçamentário Anual. Na época, foi definido que as emendas seriam

aprovadas até o limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida do ano anterior.

Porém, com o fim das emendas de relator, o chamado orçamento secreto, governo e parlamentares entraram em acordo para que o valor das emendas individuais ficasse em 2% da RCL, enquanto as emendas de bancada seriam 1% da RCL.

O projeto aprovado pela Câmara, na semana passada, que altera critérios das emendas inclui amarras para que as indicações sejam efetivamente pagas pelo governo. Especialistas em contas públicas apontam ao menos três pontos em que as regras vão "engessar" ainda mais o controle do Orçamento pelo Palácio do Planalto.

## MARGEM PARA CORTES

A proposta, por exemplo, impede que o governo contingencie os recursos indicados pelo Congresso num patamar superior ao das demais despesas não obrigatórias. No texto final, os deputados trocaram o termo "bloqueio" das emendas por "contingenciamento". A mudança diminui a margem de corte nos valores pagos aos parlamentares que o governo poderia fazer. Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) disse que a base tentará mudar esse trecho para aumentar possibilidade de corte de verbas.

No Senado, ao menos oito emendas com sugestões de alterações de texto foram propostas pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). A parlamentar propôs, por exemplo, a destinação obrigatória de emendas de comissão para obras inacabadas e ações orçamentárias de interesse nacional ou regional. Ela sugeriu ainda que essas emendas sejam indicadas por todos os parlamentares, e não apenas por líderes, como prevê o texto atual, e que o nome do responsável esteja descrito junto com as informações orçamentárias. Quanto às emendas Pix, Thronicke propõe que os entes que as receber terão que indicar objeto e plano de trabalho da aplicação da despesa.

## PROPOSTA EM TRAMITAÇÃO

Limites para emendas

Fixa limite de crescimento das emendas

parlamentares. Para o exercício de 2025, o montante será atrelado à receita corrente líquida, mais R\$ 11,5 bilhões para as de comissão. Para 2026, a correção será a **inflação** mais uma variação que pode chegar a 2,5%.

#### Emenda individual

O autor da emenda deverá informar o objeto e o valor da transferência quando da indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas. É nessa categoria em que os parlamentares podem fazer o uso da "emenda Pix".

#### Emenda Pix

Hoje, essa verba é enviada diretamente para prefeituras e estados, que utilizam o recurso como bem entenderem. Agora, o beneficiário terá de comunicar ao respectivo Legislativo e ao TCU o valor recebido, o plano de trabalho e cronograma de execução.

#### Emenda de bancada

O parecer do relator permitiu que bancadas estaduais destinem verba para outras unidades da federação em caso de "projetos e ações estruturantes". O texto ainda amplia de 12 para 16 as áreas para as quais poderão ser encaminhadas essas verbas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Demora em pacote fiscal volta a pressionar dólar

**PAULO RENATO NEPOMUCENO E ANNA BUSTAMANTE**  
*\* Estagiária, sob a supervisão de Danielle Nogueira*

O dólar comercial encerrou ontem em alta pelo quarto pregão consecutivo. A moeda, que chegou a superar os R\$ 5,81 pela manhã, fechou com valorização de 0,56%, aos R\$ 5,769.

Segundo analistas, a demora do governo em anunciar um pacote de medidas para frear o aumento nos gastos públicos contribui para a incerteza dos investidores. Inicialmente prometida para os dias seguintes ao segundo turno das eleições municipais, em 29 de outubro, a proposta já entrou na terceira semana de discussões.

Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, ressalta que a pressão dos fatores domésticos sobre o dólar foi maior pela ausência de agenda de fora. O mercado de títulos do Tesouro americano não operou devido ao feriado do Dia dos Veteranos nos EUA.

Para Helena, um anúncio de revisão que supere os R\$ 40 bilhões pode começar a reduzir a pressão na moeda. Mas a divisa segue refletindo o atraso, que aumenta a desconfiança dos investidores: - Há a questão do timing, e quanto mais o mercado espera, mais fica receoso.

No horário de fechamento no Brasil, outras moedas emergentes recuavam em relação ao dólar: o rand sul-africano cedeu 1,9%, e o peso mexicano, 1,2%. Segundo Helena, isso se deveu a um receio maior sobre a política econômica que Donald Trump adotará em seu novo mandato, que pode aumentar a inflação e fortalecer o dólar.

## NY RENOVA MÁXIMAS

Com a alta na cotação comercial, o dólar turismo acompanhou e chegou a superar os R\$ 6,10. No Rio, a TravelexConfidence vendia a moeda em espécie a R\$ 6,10 e no cartão pré-pago a R\$ 6,20. Na DayCâmbio, a cotação alcançou os R\$ 6,07 para cédulas, enquanto no plástico atingiu R\$ 6,26. Os valores já embutem o Imposto de Operações Financeiras (IOF) de 1,1% para o papel e 4,38% para o cartão pré-pago.

Gustavo Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset, avalia que o feriado nos EUA ajudou a valorização da divisa em todo o mundo por causa da menor liquidez.

Apesar disso, as Bolsas de Nova York renovaram suas máximas históricas: o índice Dow Jones avançou 0,69%, aos 44.293 pontos, enquanto o S P 500 subiu 0,1%, superando os 6 mil pontos pela primeira vez. A Nasdaq, que concentra os papéis de tecnologia, teve leve alta de 0,06%, aos 19.298 pontos.

## JUROS PRESSIONADOS

A falta de apresentação de medidas concretas para frear a subida dos gastos públicos também se refletiu na curva de juros futuros. Ontem, os contratos para janeiro de 2026, 2027 e 2028 eram negociados acima dos 13%, o que indica receio com a atual trajetória da política fiscal. Os investidores começaram a apostar, também na curva, que o Banco Central possa subir a taxa básica Selic em 0,75 ponto percentual em dezembro, alcançando 12% ainda em 2024. Já para 2025, o mercado vê a Selic alcançando 14% no segundo semestre.

Já o Ibovespa encerrou praticamente estável, com 0,03% de alta, aos 127.873 pontos.

Segundo Lucas Serra, analista da Toro Investimentos, o volume negociado ficou menor que o habitual, por conta do feriado nos EUA: - Hoje não houve nenhum driver (impulso) específico - afirmou, pontuando que o mercado atua em compasso de espera pelo anúncio do pacote de revisão de gastos.

As maiores quedas foram dos papéis ligados à siderurgia. A frustração com o pacote de estímulos anunciado pela China na semana passada fez o preço da tonelada do minério de ferro recuar 1,7% em Cingapura. A CSN recuou 3,91% a R\$ 11,29, enquanto a Usiminas cedeu 2,56%, aos 6,09.

Já a Vale teve queda de 3,27%, aos R\$ 58,65. A empresa amarga R\$ 22 bilhões de perdas em valor de mercado desde a última quinta-feira. Ontem, a mineradora ainda sofreu um corte de recomendação para compra dos recibos de ações (ADRs) em Nova York pelo banco suíço UBS, além da redução do preço-alvo de US\$ 14 para US\$11,50.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emendas impositivas podem crescer até 51% em dois anos

*Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília*

As emendas parlamentares impositivas ao Orçamento poderão crescer até 51% em dois anos caso a atual regra de cálculo não seja alterada, alerta projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. As emendas individuais e de bancada estadual, cujo pagamento é obrigatório pelo governo, somaram R\$ 33 bilhões este ano e podem ficar entre R\$ 44 bilhões e R\$ 50 bilhões em 2026, a depender do crescimento da economia.

O valor pode cair substancialmente se aprovada a correção das emendas impositivas pelos mesmos critérios das despesas do governo no novo arcabouço fiscal (variação da **inflação** mais crescimento real de 0,6% a 2,5%, equivalente a 70% do incremento das receitas da União). Se a regra for adotada já a partir de 2025, as emendas impositivas chegariam a R\$ 37,6 bilhões daqui a dois anos, alta de 12%, estima a IFI.

O projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado Federal estabelece que, a partir de 2026, a regra de cálculo do valor das emendas impositivas seguirá a do arcabouço fiscal. A proposta visa atender a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) para dar mais transparência e rastreabilidade para as emendas dos deputados e senadores ao Orçamento e também controlar o crescimento no valor das emendas, que aumentou muito na última década.

Há dúvidas, contudo, se a regra mais rígida vai prevalecer. O cálculo atual está na Constituição, que é superior à lei complementar em debate no Legislativo. Isso abre espaço para contestação judicial da nova fórmula.

A atual regra de cálculo das emendas impositivas atrela o valor à receita corrente líquida (RCL). As individuais equivalem a 2% da RCL de dois anos antes e as de bancada, à 1% da RCL do ano anterior. Entre 2017 e 2022, porém, o crescimento foi limitado ao reajuste da **inflação** por causa do teto de gastos, mas o valor foi descongelado com a revogação desta norma no governo Lula (PT) e o acordo para ampliar as emendas individuais em troca da proposta de emenda constitucional (PEC) da Transição, que deu mais R\$ 170 bilhões para o governo Lula (PT) gastar

por ano.

A IFI estimou três cenários para o valor que as emendas impositivas alcançarão até o fim do governo Lula e dos mandatos dos parlamentares. Se o crescimento econômico for mais robusto, as emendas obrigatórias chegarão a R\$ 50,9 bilhões em 2026. Se as projeções mais pessimistas sobre a economia se concretizarem, os recursos subirão para R\$ 44,7 bilhões. No cenário base, mais provável, as emendas somarão R\$ 45,4 bilhões no ano da eleição.

De acordo com o estudo do economista Pedro Souza, analista da IFI, as emendas impositivas representavam até 0,16% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro até 2022. Com as alterações legais, esse valor subiu para 0,27% do **PIB** em 2023 e pode chegar a 0,39% em 2026 no cenário mais otimista para o crescimento da economia. Se adotada a regra do arcabouço fiscal, o percentual deve estabilizar em 0,28% do **PIB**.

Ao Valor, o economista diz que as emendas impositivas experimentaram "expressivo movimento de fixação no orçamento, garantindo estabilidade ou aumento de recursos, enquanto as demais despesas discricionárias eram reduzidas diante da necessidade crescente de ajustes fiscais", mas a mudança pode abrir até R\$ 13,4 bilhões no Orçamento para o governo. Esse valor pode ser cortado para ajudar no resultado fiscal ou realocado para outras despesas dos ministérios.

Por outro lado, a nova regra garantirá um crescimento real de pelo menos 0,6% ao ano, enquanto a vinculação a RCL pode causar até redução se houver frustração de receita ou retração da economia. Em 2025, por exemplo, as emendas individuais serão de R\$ 24,6 bilhões, menos do que os R\$ 25 bilhões de 2024. Já a regra do arcabouço as elevaria a algo em torno de R\$ 26,7 bilhões.

Além disso, o Congresso tenta aprovar mais R\$ 11,5 bilhões em "emendas de comissão" no projeto de regulamentação. Essa modalidade substituiu a "emenda de relator", popularmente conhecida como "orçamento secreto", que foi declarada inconstitucional em 2026 pelo STF por falta de transparência. Por esses mecanismos, deputados e senadores enviam dinheiro para obras e serviços em suas bases

eleitorais, mas não aparecem como os responsáveis. As verbas, contudo, são negociadas caso a caso com o Executivo em troca de apoio no Congresso e não são de pagamento obrigatório.

O impasse em torno das emendas travou a discussão dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 e coloca sob risco a votação do Orçamento ainda este ano. Relator da LDO, o senador Confúcio Moura (MDB-RR) afirmou que "o Congresso está tenso" e que só deve discutir as propostas após o STF desbloquear a execução das emendas. "Preciso que vote meu relatório preliminar para que abra 10 dias úteis para as emendas. Que serão milhares. Veja, então, a loucura com os prazos e calendário. O relatório está na CMO há mais de três meses", disse.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2)**

# Trump é derrota na luta contra a crise climática

"Como o presidente [Joe] Biden disse na semana passada, os contratemplos são inevitáveis, mas desistir é imperdoável. Este não é o fim de nossa luta por um planeta mais limpo e seguro. Os fatos continuam sendo fatos. A ciência continua sendo ciência", disse John Podesta, conselheiro sênior do presidente dos EUA para Política Climática Internacional, a uma sala lotada do Estádio Olímpico de Baku, no primeiro dia da COP 29. "A luta contra a mudança do clima é maior do que uma única eleição".

Podesta, a maior autoridade climática americana, reconheceu a derrota que a luta contra a crise climática sofre com a eleição do republicano Donald Trump à presidência dos EUA. "Estamos enfrentando novos ventos contrários? Sem dúvida. Mas será que voltaremos ao sistema energético da década de 50? De jeito nenhum."

Listou os motivos: o apoio à energia limpa se tornou bipartidário nos EUA. A maior parte dos novos empregos na área de energia limpa (57%) criados desde a aprovação da Lei de Redução da **Inflação** (IRA) do governo Biden estão em distritos republicanos.

Os empregos, seguiu Podesta, vêm de mais de 350 novos projetos de energia limpa, totalizando US\$ 286 bilhões em investimentos. "Muitos republicanos, especialmente os governadores, sabem que essa atividade é positiva para seus distritos, Estados e suas economias", seguiu.

"É exatamente porque o IRA tem poder de permanência que estou confiante de que os EUA continuarão a reduzir as emissões, beneficiando nosso próprio país e o mundo. A economia da transição da energia limpa assumiu o controle", continuou, em tom otimista.

Deu exemplos: "O desejo de construir a próxima geração nuclear ainda existe. Agricultores e pecuaristas estão reduzindo emissões e aumentando a renda através de fertilizantes mais eficientes e biológicos. As empresas petrolíferas ainda estão investindo em eletrificação. Todas essas tendências não serão revertidas".

Podesta iniciou a intervenção sendo direto: "Quero abordar esta noite um tópico que está na mente de

todos, a eleição dos EUA". Reconheceu a frustração dos que se dedicam à ação climática, "especialmente por causa dos recursos e da ambição sem precedentes que o presidente Biden e a vice-presidente Kamala Harris trouxeram à luta".

Lembrou o compromisso climático de Biden, de reduzir as emissões em 50 a 52% abaixo dos níveis de 2005 em 2030 e do maior investimento em clima e energia limpa da história dos EUA feito pela Lei de Redução da **Inflação** (IRA). No total, desde que Biden assumiu o cargo, as empresas americanas anunciaram mais de US\$450 bilhões em novos investimentos em energia limpa.

Falou da promessa do presidente Biden de quadruplicar os fundos internacionais para o clima dos EUA para US\$ 11 bilhões por ano. "Está claro que o próximo governo tentará dar uma reviravolta e reverter grande parte desse progresso", reconheceu.

Donald Trump, alertou Podesta, prometeu "desmantelar nossas salvaguardas ambientais e, mais uma vez, retirar os EUA do Acordo de Paris. Isso é o que ele disse, e devemos acreditar nele", alertou. Lembrou que "os EUA são uma democracia" e completou: "E, em uma democracia, a vontade do povo prevalece."

O político americano argumentou na fala na COP 29 que, "embora o governo federal dos EUA sob o comando de Donald Trump possa colocar a ação climática em segundo plano, o trabalho para conter a mudança climática continuará com compromisso, paixão e crença".

"É uma luta de grandes proporções pelo o que vem acontecendo no mundo", disse. "Todos nós estamos vivendo um ano definido pela crise climática em todos os países do mundo. O dia 22 de julho foi o dia mais quente já registrado na história", disse.

Continuou, citando o colapso dos recifes de coral, o derretimento das camadas de gelo, as mortes de centenas nos EUA atingidos pelos furacões Helene e Milton, a pior seca em décadas no sul da África que está colocando 20 milhões de crianças em risco de desnutrição e os incêndios florestais e secas que "estão devastando a Amazônia e o Pantanal, destruindo comunidades indígenas e queimando uma

área do tamanho da Suíça".

Chegou ao drama das recentes enchentes na Espanha, há duas semanas, e a morte de centenas pelo tufão Yagi que causou prejuízos de US\$ 16 bilhões das Filipinas a Mianmar em setembro.

"Nada disso é uma farsa. É real. É questão de vida ou morte", seguiu Podesta. Lembrou que o movimento "We Are Still In" nasceu nos EUA no primeiro governo Trump, e se tornou a coalizão mais abrangente em apoio à ação climática do país, com mais de 5 mil Estados, empresas, governos locais, nações tribais e universidades.

"Portanto, estamos aqui na COP 29 para continuar a trabalhar em conjunto com nossos parceiros globais e outras partes. A COP é uma oportunidade fundamental para consolidar nosso progresso e manter o 1,5o C vivo, para acelerar o progresso na redução de todos os gases de efeito estufa e fortalecer a cooperação global na adaptação e no financiamento climático", disse. "O fracasso ou a apatia simplesmente não são uma opção".

"A luta contra a mudança do clima é maior do que uma única eleição"

John Podesta

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039?page=4&section=2)**

# Gestores veem BC acelerar aperto para contornar fiscal

**Marcelo Osakabe e Adriana Cotias De São Paulo**

A **inflação** brasileira chegou num ponto em que a discussão agora é se o Banco Central (BC) estará disposto a seguir o receituário tradicional da política monetária e segurar as rédeas da atividade. Segundo economistas e gestores de recursos que participaram de evento do UBS ontem, a dúvida é se, sob novo mandato, o BC conseguirá driblar as pressões do governo Lula que não abre mão de crescimento.

O BC começou atrasado o ciclo de altas da Selic e precisará acelerar o passo para assegurar a credibilidade na convergência da **inflação** para a meta, disse o economista-chefe e sócio fundador da Legacy, Pedro Jobim. Para ele, vai ser difícil manter ritmo de 0,50 ponto percentual, com um o pacote de corte de gastos que deve trazer uma melhora "apenas efêmera" dos prêmios de risco.

Jobim acredita que o BC vai acabar se deslocando para altas de 0,75 ponto percentual. Para ele, a Selic necessária para levar a **inflação** para os 3% da meta seria perto de 15%. O economista acredita que o ajuste pode chegar perto de 14%, ante os 11,25% ao ano atuais. A casa prevê uma IPCA de 5,5% no fim de 2025.

A sua percepção é que o governo não parece disposto a fazer o necessário para tirar de cena a perspectiva de alta da dívida num ambiente em que o cenário externo ficou mais adverso e o dólar não deve ajudar.

Ele ressaltou, contudo, que o país ainda está longe de uma situação de dominância fiscal, quando a política monetária perde a eficácia, devido ao descontrole fiscal. O BC sobe os juros e os ativos pioram porque há a percepção de dívida explosiva. "O BC é hoje a única força no curto prazo que gera perspectiva de ancoragem. No fundo, vai acabar entregando bastante do que está nos preços, mas infelizmente não vai ser suficiente para manter **inflação** baixa." Para o chefe de pesquisa da Kapitalo Investimentos e ex-diretor do Banco Central Carlos Viana de Carvalho um quadro de dominância fiscal está fora do radar, mas os riscos não são desprezíveis.

"Lula parece que aceitou gestos como a alta da Selic ou algum corte de gasto como símbolos, algo que se pode fazer para virar o cenário sem desacelerar a

economia. Ao mesmo tempo, ele fala que as pessoas precisam ter dinheiro no bolso para gastar, que o juro baixo não resolve tudo", disse Viana. "Me parece que existe o risco de vermos a política monetária atuando para fazer economia esfriar e o governo não aceitando. Não estamos neste momento, mas tem essa questão fundamental em jogo." Para Bruno Coutinho, da Mar Asset, a pergunta constrangedora é se o BC estará pronto para esfriar a atividade. "Com o crescimento acima da capacidade, precisa desacelerar a economia e todo mundo sabe que o discurso do Lula é "não abro mão do crescimento", há uma dicotomia na maneira de quem coloca os óculos do ciclo político e de quem coloca o óculos do ciclo econômico", disse. "Se o BC não toma a decisão que precisa, fica na carona do fiscal e cria-se não uma dominância fiscal, mas uma dominância política." Para o gestor, o governo Lula "já cruzou o Rubicão" com a proposta de emenda constitucional (PEC) das transição, que despejou uma montanha dinheiro na economia e explica por que é tão difícil fechar o buraco das contas públicas. "Uma hora, esse excesso de atividade ia bater na **inflação**." Para Felipe Guerra, sócio-fundador e principal executivo da Legacy, à medida que a desancoragem das expectativas de **inflação** aumenta, fica difícil consertar. O gestor comentou que o modelo do BC aponta uma **inflação** de 3,6% para 2025, "totalmente fora da realidade". Para ele, a Selic tende a ficar alta até o desfecho das eleições de 2026.

A resolução dessa história, enfatizou Coutinho, vem com um novo ciclo político. Ele disse estar razoavelmente otimista com uma candidatura de centro-direita. "O mercado deve trazer isso para o preço, mas precisamos navegar até lá." Para Viana, da Kapitalo, o pacote que a equipe econômica deve anunciar nos próximos dias pode trazer medidas "minimamente estruturantes" e outras de redução de gastos que ajudem o novo arcabouço a se manter de pé num horizonte visível, mas não deve atacar o problema central da trajetória de alta da dívida pública. Ele ponderou, no entanto, que a reação dos investidores é imprevisível, já que em 2023, o mercado aceitou e houve uma fase de otimismo.

"A impressão que eu tenho é que a equipe econômica sonha com a volta a esse momento, de que o arcabouço bastou." Uma economia na casa dos R\$ 30 bilhões seria insuficiente para mudar a tendência fiscal, disse Andre Bannwart, chefe da estratégia

Evolution e da área de soluções no Brasil do UBS Global Wealth Management. "Como brasileiro, rezo para que faça diferença, seja estruturante, meu time viraria a mão." Nas semanas em que as discussões começaram a flertar com um potencial corte de R\$ 50 bilhões, ele disse que diminuiu a exposição em Brasil.

"O fato é que a gente vê informações antagônicas, o próprio governo dá sinais de que não quer cortar tanto, que quer brigar com a Faria Lima. A Faria Lima é o pouco que sobrou da poupança do brasileiro e, via preço dos ativos, está gritando para o governo parar de gastar. Do outro lado, o governo grita para gastar mais. É uma conversa de surdos." É a desconfiança fiscal que tem pesado contra o real e jogado as expectativas de **inflação** para o topo da banda, disse o executivo. São os investidores mandando a mensagem de que a política monetária está perdendo o controle. E desancorando a **inflação**, o mercado pede mais prêmio.

"Governo dá sinais de que não quer cortar tanto, quer brigar com a Faria Lima, que é o pouco que sobrou da poupança" Andre Bannwart

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>

# Dólar e juros sobem com Trump no radar

**Arthur Cagliari, Gabriel Roca, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinete Eduardo Magossi De São Paulo**

Os efeitos da adoção de uma política mais protecionista no segundo governo de Donald Trump voltaram a pesar contra moedas emergentes, como o real, na sessão de ontem. O dólar comercial encerrou o dia em alta de 0,56%, cotado a R\$ 5,7695.

Para o diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, porém, o efeito das tarifas de Trump à China pode não ser tão forte quanto foi no passado, o que tende a limitar o impacto indireto no real. "Depois de 2020, quando os Estados Unidos começaram a fazer o "nearshoring" e o "friendshoring", não só a dependência dos EUA com a China reduziu, mas a da China com os americanos diminuiu porque os chineses também têm agora novos parceiros", afirma, lembrando que as exportações da China para o mundo (excluindo os EUA) subiu de US\$ 2,5 trilhões em 2018 para US\$ 3,9 trilhões no ano passado. "Vai ter efeito, vai; mas vai ser menor. E se afeta menos a China, afeta menos o Brasil." À espera de medidas fiscais e em meio a um cenário global mais desafiador, os juros futuros locais também passaram por uma nova rodada de alta na sessão de ontem, em um pregão de liquidez reduzida. Não houve negócios no mercado de Treasuries (títulos do Tesouro americano).

No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 subiu de 13,095% do ajuste anterior para 13,115%; a do DI para janeiro de 2027 avançou de 13,14% para 13,20%.

Na precificação embutida na curva de juros, os agentes já esperam uma Selic acima de 13,75% no próximo ano, ao mesmo tempo em que as projeções do Relatório Focus exibem deterioração adicional.

A mediana das estimativas para o IPCA subiu de 4,59% para 4,62% em 2024; de 4,03% para 4,10% em 2025; e de 3,61% para 3,65% em 2026.

Depois de semanas de suspense, a incerteza fiscal travada entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as demais pastas agora parece próxima de um fim. A questão é se irá agradar os agentes do mercado.

O chefe da equipe econômica disse ontem à noite que os detalhes pendentes foram "superados" e que a negociação das medidas deve ser concluída até quarta-feira. Segundo Haddad, não há "desidratação"

e sim "sugestões de ajuste".

Para o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, uma janela um pouco mais positiva para os ativos domésticos pode se abrir no curto prazo, dado o nível de preços e o posicionamento do mercado.

"Já existe uma expectativa muito baixa para o tal pacote de redução de despesas. Parece uma história clássica de que pode pesar mais o gesto, o aceno, do que o próprio impacto econômico. A única prerrogativa para satisfazer o mercado é que o arcabouço fique vigente e ganhe algum reforço para se sustentar em 2025 e 2026. Acho que precisa ser acima de R\$ 30 bilhões, seja com economia ou liberando mais discricionárias. Com esse valor e vendo o governo topar, é claro que ele não vai solucionar, mas discutir esses problemas complexos, pode ser uma combinação positiva", diz.

Mais do que apresentar o pacote, investidores vão demandar medidas "críveis", avalia o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo.

"Por um lado, existe uma pressão para fazer um ajuste, mas se ele não for crível, o resultado pode ser pior do que não fazer ajuste nenhum", acrescenta. O ideal, afirma o especialista, é que o pacote sinalizasse que a dívida vai parar de crescer até um horizonte um pouco maior, como 2026.

A magnitude do ajuste será acompanhada de perto por agentes financeiros, que voltaram a elevar a chance de uma alta mais forte da Selic na reunião de dezembro. A probabilidade implícita de uma subida de 0,75 ponto no próximo encontro passou a ser majoritária (48%) ontem, segundo as opções de Copom negociadas na B3. Até então, uma subida mais conservadora, de 0,50 ponto percentual, liderava as apostas.

O gestor de renda variável da Ace Capital, Tiago Cunha, alerta para os efeitos de um aumento mais agressivo da taxa básica de juros. "Isso será complicadíssimo. Mudança de presidente [com a entrada de Gabriel Galípolo a partir de 2025], influência política, **inflação** piorando. O cenário está bem complicado e, por isso, a bolsa está performando pior." Já na cena externa, as ações americanas seguem como as grandes beneficiárias da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, apoiado ainda pelo controle republicano das duas casas legislativas. No fechamento de ontem, o S P 500

avançou 0,10%. Já o Dowjones exibiu ganhos de 0,69% e o Nasdaq apresentou ligeira alta, de 0,06%.

O índice DXY, que mede a força do dólar frente a uma cesta de seis divisas principais, por sua vez, subia 0,49%, aos 105,514 pontos, nos maiores níveis desde julho, no fim do pregão.

R\$ 5,76 foi o valor do dólar no fechamento, uma alta de 0,56%

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188039>